

## LULA E DAVOS: A POLÍTICA BLOQUEOU A SI MESMA?\*

### LULA AND DAVOS: HAS POLITICS BLOCKED ITSELF?

Wécio Pinheiro Araújo \*\*

Recebido em: 02/2018

Aprovado em: 03/2018

**Resumo:** o presente ensaio problematiza algumas contradições da situação política brasileira na quadra histórica que corresponde ao julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva pelo juiz Sérgio Moro. Importa buscar as mediações deste cenário com a totalidade de relações sociais do capital financeiro e da virtualidade da sensação na era digital, assim como algumas das suas determinações para a vida política nacional por meio da *law fare* e da polarização ideológica como espetáculo político. Neste contexto, surge o conceito de política da sensação a partir da contradição, na qual, o fato de que a política foi bloqueada por si mesma ocorre garantindo-se a sensação inversa como maneira de vivenciar a própria política. Isto leva os indivíduos a prosseguirem convictos de que ainda estão participando politicamente da história, mesmo que só apenas virtualmente.

**Palavras-chave:** Lula. Capital financeiro. Política da sensação. Ideologia. *Law fare*.

**Abstract:** the present essay problematizes some contradictions of the Brazilian political situation in the historical court that corresponds to the judgment of ex-president Luís Inácio Lula da Silva by Judge Sérgio Moro. It is important to seek the mediations of this scenario with the totality of social relations of financial capital and the virtuality of sensation in the digital age, as well as some of its determinations for national political life through law fare and ideological polarization as a political spectacle. In this context, the concept of sensation politics arises out of the contradiction, in which the fact that politics was blocked by itself occurs by guaranteeing the inverse sensation as a way of experiencing politics itself. This leads individuals to continue convinced that they are still participating in political history, if only just virtually.

**Keywords:** Lula. Financial Capital. Sensation Politics. Ideology. *Law fare*.

“As almas farejam no invisível”

Heráclito<sup>1</sup>

## I.

Enquanto Lula protagoniza a reeleitura política à brasileira da Paixão de Cristo como

---

\*\* Professor na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e doutorando pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia - UFPB/UFPE/UFRN, com Estágio Sanduíche na Hochschule für Grafik und Buchkunst (HGB/Alemanha), proporcionado pela bolsa CAPES/PDSE, Processo nº. 88881.133482/2016-01. É membro do Grupo de Estudos sobre Adorno, também na HGB/Leipzig e participa da Critical Theory Summer School na Humboldt Universität zu Berlin. E-mail: [weciop@bol.com.br](mailto:weciop@bol.com.br)

<sup>1</sup> Cf. HERÁCLITO, 2012.

farsa tropical, no Olimpo da democracia moderna, situado a 1.560 metros de altitude, a cidade mais alta dos alpes suíços, Davos, é de onde, no Fórum Econômico Mundial, os “investidores” determinam a situação brasileira que lhes favorece, enquanto curtem suas férias de inverno, e com direito a pedido de esmolas de Michel Temer na forma de discurso presidencial. Já de início, me permita o leitor uma breve, mas inevitável digressão: as aspas em “investidores” fazem alusão ao termo amplamente utilizado pela mídia, mas que ainda prefiro a designação elaborada por Marx no capítulo XXX d’*O Capital*, no qual explica que, sob o domínio da riqueza financeira, o desenvolvimento da produção estará cada vez mais atrelado ao sistema de crédito global, ou seja, à acumulação de capital basicamente por meio do que ele chamou de negócios fictícios (*Scheingeschäften*)<sup>2</sup>. Marx esclarece que a “acumulação do capital da dívida pública nada mais significa que o aumento de uma classe de **credores do Estado**, a qual tem o direito de tomar para si certas quantias tiradas do montante de tributos” (MARX, 1985, p. 548, grifo meu) produzidos na e pela sociedade.

Retornando, da Suíça para o Brasil, Temer representa a nossa releitura folclórica da obra clássica da teoria política moderna, é o seguinte: Maquiavel explicou em *O Príncipe* que, o soberano que se torna temido, porém não odiado, não corre o perigo de ser derrubado do poder<sup>3</sup>; no Brasil, provamos que ele estava errado, pois temos um presidente que é odiado, sem ser temido, e não há quem o derrube – e olhe que tentaram até ao modo dos nossos nativos, com “flecha de bambu”<sup>4</sup>. Cá embaixo, onde estamos, reles mortais, no campo de batalha virtual que se estende pelas ruas do Brasil adentro, militantes e movimentos sociais vivenciam a sensação de estarem fazendo algum enfrentamento político, envolvidos no espetáculo da Paixão de Lula. Me refiro à sensação, ancorado no conceito elaborado na obra *Sociedade Excitada – Filosofia da Sensação* [*Erregte Gesellschaft – Philosophie der Sensation*] (2014; 2010), do filósofo alemão herdeiro do arco teórico da Escola de Frankfurt, Christoph Türcke. Ele analisa que a nossa realidade está cada vez mais determinada pela sensação (*Sensation*), que nos dias atuais significa “aquilo que, magneticamente, atrai a percepção: o espetacular, o chamativo” (Ibidem). Em seu livro, Türcke nos faz lembrar de uma proposição há tempos relegada aos anais da filosofia, a saber: “Esse est percipi” (em

<sup>2</sup> Cf. MARX, 1985, p. 556; 2016, p. 271.

<sup>3</sup> Capítulo XVII d’*O Príncipe*, *Da Crueldade e da Piedade – se é melhor ser amado ou temido* (MAQUIAVEL, 2004, p. 105-108).

<sup>4</sup> Alusão à metáfora utilizada pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, ao declarar em entrevista que “Enquanto houver bambu, lá vai flecha...”. Janot denunciou o presidente Michel Temer por corrupção passiva ao Supremo Tribunal Federal (STF), conforme foi amplamente noticiado pela mídia brasileira e mundial, a exemplo da *Revista Carta Capital*; disponível em: << <https://www.cartacapital.com.br/politica/enquanto-houver-bambu-vai-ter-flecha-diz-janot-sobre-denuncias> >> Acesso em 23. Abril. 2018.

latim: “Ser é ser percebido”) – aforismo a partir do qual o teólogo anglicano George Berkeley tentou construir uma robusta teoria do conhecimento e da realidade. A contribuição do Türcke me leva a refletir que nossa forma de ser no mundo atual, antes de qualquer coisa, requer a sensação de sermos percebidos, seja diretamente nas ruas ou digitalmente nas redes sociais, seja por “likes”, seguidores, visualizações, mensagens, imagens, etc. É interessante que a rua é dispensável à esfera digital; mas, ao contrário, na rua, as coisas não conseguem mais acontecer sem a digitalização por meio da captura da realidade em mídias (vídeos, fotografias ou áudios) que se transformam em presença digital<sup>5</sup> por meio da computação ubíqua<sup>6</sup>. Nesta direção, não sobra espaço nem tempo para se pensar a realidade em seus conteúdos e formas sociais, pois à velocidade da satisfação imediata neste mundo digital, a realidade emerge de forma certa, sensível, imediata e pronta para ser vivida.

Para entendermos melhor porque chamo essa situação política<sup>7</sup> de campo de batalha virtual, vou começar por uma contradição de forma mais geral, que coloco apenas como uma

---

<sup>5</sup> No debate especializado do mundo do marketing já se tem um conceito denominado “presença digital”, que significa a forma como uma empresa comparece na internet. Os estrategistas da propaganda deram importância a essa questão com base em pesquisas que indicam que o mundo está cada vez se digitalizando, ou seja, a presença digital vem progressivamente se sobrepondo à presença real; ou, dito de outro modo, a presença real vem se digitalizando no mundo atual. Segundo a 12ª edição da Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos municípios brasileiro (TIC), realizada desde 2005 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), em 2016, no Brasil, 54% dos domicílios estão conectados à Internet, o que representa 36,7 milhões de residências conectadas. A pesquisa TIC Domicílios 2016 aponta que o uso da Internet por indivíduos de 10 anos ou mais passou de 58%, em 2015, para 61%, em 2016. No total, o Brasil conta com 107,9 milhões de usuários de Internet – mais da metade da população brasileira. A pesquisa confirma a tendência, já revelada na edição de 2015, de avanço do celular como principal dispositivo de acesso à rede. Em 2016, 93% dos usuários de Internet utilizaram o celular para navegar na rede, um aumento de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior. Em contrapartida, foi registrada queda no percentual de usuários que acessam a rede por meio de computador: 80% dos usuários em 2014 e 57% dos usuários de Internet em 2016. Disponível em: << <http://cetic.br/noticia/tic-domicilios-2016-aponta-estabilidade-no-numero-de-domicilios-conectados-por-meio-de-banda-larga-fixa/> >> No mundo todo se registrou que 3,2 bilhões de pessoas estão conectadas a internet. Em 2000, os internautas eram 6,5% da população mundial. Em 2015, esse índice subiu para 43%. A proporção de casas com conexão à rede chegou a 46% no ano. Essa porcentagem é maior na Europa (82,1%) e menor na África (10,7%). Disponível em: << <http://dispropaganda.com.br/blog/presenca-digital-o-que-e-e-porque-e-importante/> >>. Acesso em 23. abril. 2018.

<sup>6</sup> Segundo Regina Borges de Araujo, no seu artigo, *Computação ubíqua: princípios, tecnologias e desafios* (ARAÚJO, 2003, p. 45), “A ideia básica da computação ubíqua é que a computação move-se para fora das estações de trabalho e computadores pessoais e torna-se pervasiva em nossa vida cotidiana. Mark Weiser, considerado o pai da computação ubíqua, vislumbrou há uma década atrás que, no futuro, computadores habitariam os mais triviais objetos: etiquetas de roupas, xícaras de café, interruptores de luz, canetas, etc, de forma invisível para o usuário”.

<sup>7</sup> De modo geral – e não sem ressalvas –, qualifico minha noção de política a partir da interessante distinção apresentada por Thamy Pogrenbinschi (2009, p. 25), entre “a política” e o “o político” em sua obra *O Enigma do Político: Marx contra a política moderna*. Segundo ela, “o que separa a política do político [...] é a figura do Estado. Enquanto a política descreve como as coisas são no âmbito do Estado moderno, o político prescreve como devem ser após seu desvanecimento. O político existe, portanto, como uma concepção normativa e na medida exata em que a política apresenta-se como objeto da crítica. Todo criticismo, afinal, é em alguma medida normativo. Uma crítica necessariamente contém um juízo de valor, de modo que toda assertiva feita sobre algo não necessariamente implica afirmar, através do juízo negativo, o que esse algo deve ser”. Vale ressaltar que esta autora traz uma interpretação heterodoxa e muito original acerca do espinhoso debate em torno de uma Teoria do

leitura possível, sem qualquer pretensão de análise definitiva: na estrada da história, chegamos ao ponto no qual a política foi bloqueada por um obstáculo intransponível, que é a própria política, então constituída por uma realidade social e economicamente autônoma<sup>8</sup> (os negócios fictícios realizados no Olimpo do capital financeiro) que nos retira completamente a condição de sujeitos da nossa própria história, ou pelo menos a possibilidade de disputar tal posição, embora a democracia<sup>9</sup> hodierna garanta a sensação inversa. O Capital<sup>10</sup> assume o

---

Estado no interior da complexa dimensão política do pensamento de Marx; não raro equivocadamente simplificada pela ortodoxia marxista.

<sup>8</sup> No terceiro livro d'*O Capital (Das Kapital)*, Marx escreve sobre aquilo que conheceu historicamente por “capital financeiro”, e que, em sua generalidade, ainda permanece válido: “Da totalidade do capital destaca-se e se torna **autônoma** determinada parte, na forma de capital-dinheiro (*Geldkapital*), tendo a função capitalista de efetuar com exclusividade essas operações para toda a classe dos capitalistas industriais e comerciais. Parte do capital industrial, e também do capital comercial, na forma dinheiro, existiria sempre não só como capital-dinheiro (*Geldkapital*) em geral, mas como capital-dinheiro (*Geldkapital*) empenhado apenas nessas funções técnicas” (1985, p. 363; 2016, p. 61-62). Neste trecho, que corresponde ao capítulo XIX d'*O Capital*, Marx considera apenas os movimentos puramente técnicos efetuados pelo dinheiro no processo de circulação do capital industrial (o que inclui também o capital comercial) que, ao se tornarem autônomos transformam parte desse capital em uma forma que Marx nomeia de *Geldhandlungskapital* – Reginaldo Sant’anna (Cf. MARX, 1985; 2016) traduz como “capital financeiro” –, e que, àquela altura, corresponde à gênese daquilo que particularmente conhecemos hoje sob a designação de capital financeiro, pelo que sabemos que na contemporaneidade, este conceito envolve uma totalidade bem mais complexa e desenvolvida, embora mantenha uma generalidade comum com aquela forma descrita por Marx no século XIX, o que faz da elaboração marxiana uma excelente e válida fonte de concepções gerais. Prossegue Marx, no mesmo capítulo, pelo que insiste nesse caráter autônomo ao tratar dos movimentos do dinheiro na esfera da reprodução para atender à necessidades técnicas da própria acumulação capitalista: “Esses movimentos – ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, e nada mais faz além disso – transformam esse capital em capital financeiro (*Geldhandlungskapital*)” (MARX, 1985, p. 363; 2016, p. 62-63). Note o leitor que forneço duas referências entre parênteses, sendo a primeira correspondente à tradução brasileira do Reginaldo Sant’Anna (1985), e a segunda refere-se ao texto original, em língua alemã, obviamente. Essa operação se justifica no sentido de alcançar maior profundidade em minha argumentação conceitual.

<sup>9</sup> Acerca das abordagens contemporâneas sobre democracia, Christophen Achen e Larry Bartels, autores da obra *Democracy for realists* (2016), são uma referência atual e indispensável para se ter uma visão crítica a partir de uma exaustiva pesquisa em torno da seguinte indagação: Why elections do not produce responsive government? (Por que as eleições não produzem governos capazes de dar respostas?). Estes pesquisadores mapeiam as principais abordagens em torno do conceito de democracia no debate historicamente acumulado, desde à noção mais comum, que eles nomeiam de “teoria popular da democracia”; até o debate acadêmico mais fechado. No entanto, como já aparece no título do primeiro capítulo, “Democratic Ideals and Realities” (“Ideais e realidades democráticas”), eles submetem todo esse acervo à força devastadora dos fatos históricos entrecruzando importantes eventos em vários países (Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, etc.) com esmerada pesquisa empírica na desmistificação daquilo que, não raro, comparece de forma ambígua e carente de qualificações em uma nebulosa noção de democracia apresentada como a panaceia política do mundo moderno. Achen e Bartels, mesmo como defensores da democracia, não perdem sua visão crítica, ao contrário, aprofundam questionamentos importantes e demonstram como há muito menos racionalidade na democracia do que costumamos argumentar em sua defesa.

<sup>10</sup> É precisamente com relação ao Capital que ocorre a alienação da razão totalizante (subjetiva e objetiva) do ser social em suas formas de exteriorização (*Entäußerung*) enquanto indivíduo e sociedade, isto é, nos produtos do trabalho enquanto obra humana que materializa o nosso ser no mundo, como um Outro. Antes de Marx, Hegel entende a exteriorização como alienação, mas apenas porque, para ele, a objetivação significa exteriorização do sujeito no objeto, no qual o primeiro se perde no segundo, ou seja, se aliena. Vale lembrar o pioneirismo de Hegel ao descrever o momento final do processo de trabalho desenhado enquanto um silogismo do agir (*Thuns*) na sua *Fenomenologia do Espírito (Phänomenologie des Geistes)*: “O terceiro momento afinal é o objeto (*Gegenstand*) – quando não é mais o fim de que o agente está imediatamente cômico como seu, mas quando vai para fora do agente e é para ele, como um Outro (HEGEL, 2008, p. 278-279; 1999b, p. 217). Mas enquanto

papel de Sujeito histórico do nosso tempo na era dos negócios fictícios do mundo financeiro digitalizado. Ou seja, temos a sensação de que estamos lutando e gerando transformações no mundo, embora toda e qualquer “mudança” só poderá ir até o limite permitido pelo conteúdo das relações sociais hoje definidas no e pelo capital financeiro; este é a relação social que se tornou autônoma e subjugou toda nossa realidade, do chão de fábrica até a urna eletrônica. Neste caso, o político<sup>11</sup>, enquanto aquilo que deveria mudar, da forma que é idealizado, fica apenas no campo da virtualidade, tendo em vista que o saldo real de toda essa batalha política virtual, via de regra, redundava em violência nas ruas e redes sociais sem ganho político real, e a realidade continua a mesma. Em suma, trabalhadores reivindicam, enquanto “investidores” determinam; a burguesia nacional garante seu luxo sobre o lixo, e em outubro próximo todos votam para “exercer a cidadania” (eu colocaria mais aspas se pudesse), enquanto Lula e Moro assumem os papéis de respectivos heróis para cada lado do espectro ideológico na histeria coletiva do espetáculo<sup>12</sup> político. O círculo se fecha à medida que a derrota do lulismo agrada aos alpes suíços, embora não seja o suficiente para satisfazer o interesse dos semideuses do mundo financeiro – mas isso daria assunto para um outro ensaio. E sobre o julgamento?

O julgamento de Lula divide o Brasil em uma guerra política vivenciada virtualmente na sensação espalhada pelas ruas e redes sociais que, neste nível de vivência imediata não passa de entretenimento ideológico, embora com consequências políticas importantes. Na tentativa de irmos além da sensação, vamos desenvolver a mediação de algumas particularidades com aquela contradição que inicialmente expus acima de forma mais geral, a saber: o lulismo foi vencido pelo bloqueio da política instrumentalizado politicamente por meio da *law fare*<sup>13</sup> – uma forma de estratégia de guerra jurídica assimétrica, na qual o poder da lei é usado como tática de batalha política. O seu fundamento é a chamada *Strategic lawsuit against public participation* (SLAPP), em livre tradução: *Estratégia Judicial contra a Participação Pública* – o nome fala por si só. Ora, se bloqueamos a participação pública real, estamos bloqueando o que senão a política? Aqui, a contradição identificada é precisamente usar politicamente a lei como forma de bloquear a verdadeira política sob a aparência de

---

Hegel vê apenas a exteriorização em sua negatividade formal, que subjaz enquanto qualidade do produto do processo de trabalho (o objeto) como um Outro, Marx vê uma forma histórica específica da exteriorização como alienação concreta na sociedade moderna, situada na forma social que adquire a relação entre o Capital e o trabalho, isto é, como um fetiche, pois o produto histórico (o capital) ganha autonomia com relação ao sujeito do processo histórico que o criou (leia-se: o processo de trabalho), e se materializa diante deste como um Outro autônomo, que assume o lugar de Sujeito na sua história e passar a reger a vida do sujeito que o criou.

<sup>11</sup> Vide nota de rodapé de nº 7.

<sup>12</sup> Cf. DEBORD, 1997.

<sup>13</sup> Para conhecer mais sobre o conceito de *law fare*, ver KITTRIE, 2015.

justiça e “combate à corrupção”. Sem bloquear a política usando a lei como arma política, na guerra limpa e aberta Lula provavelmente venceria. Essa é a escola de estratégia na qual a elite brasileira formou quadros como Deltan Dallagnol e Sérgio Moro, que tem formação na *Harvard Law School* e no Departamento de Estado dos EUA. Vejamos, de forma bem simples, uma das faces da assimetria social desta guerra, que anda de mãos dadas com sua assimetria jurídica: enquanto os “coxinhas” enviam seus filhos para estudar em Harvard, os “mortadelas”, sonhadores, apenas ocupam ruas e redes sociais, como no sintomático final do conhecido filme *V de Vingança* – todos mascarados, mobilizados e prontos para derrubar o governo ilegítimo; mas e o dia seguinte? O filme termina antes disso, assim como os protestos e manifestações na era da política da sensação; sem dia seguinte, a tática define-se pela falta de estratégia, isto é, por não ter ação política de longo prazo. É comum vermos a práxis política da “esquerda” empancar em si mesma quando se reduz à repetição de esquemas de ação do século passado e que não significam mais qualquer ameaça ao capital global ou à elite nacional, a exemplo de greves, mobilizações e manifestações – e antes que me julguem de conformista, digo que são ações importantes, pois mesmo o espetáculo tem sua relevância na mobilização e agitação, mas já não são mais suficientes, nem decisivas; sobretudo porque carecem de estratégia política atualizada com as mediações do nosso tempo.

Manifestação política se tornou a sensação de estar fazendo política sob a aparência de luta dentro dos limites da tão questionável “liberdade de expressão”. Neste ativismo virtual, atuar politicamente não passa pela mediação da reflexão e da (auto)crítica, mas pela sensação como forma de ser percebido pelos outros – companheiros ou opositores – no meio da rua; nos “memes” e “hashtags”; nas sensações de ocupação; ou no grito coletivo na sua expressão performática mais atual: o “escracho” e a “lacração”. No campo formal, por meio do Direito, o Estado regulamenta as regras e a ordem para as manifestações políticas. Vide o exemplo emblemático da greve: uma arma política bloqueada pela própria política justamente quando se tornou um direito. A greve teve efeitos políticos efetivos na sua origem histórica como desobediência civil. Ali gerava ruptura no *status quo*. Como direito, a greve foi incorporada pela própria lógica social contra qual se rebela, e agora soçobra na virtualidade da sensação e da histeria coletiva, servindo apenas para acalantar as pessoas de que estão fazendo alguma coisa.

Se no meio desta selva, não nos deixarmos encantar pelas árvores ao ponto de perdermos a visão da floresta, como alertou Goethe se defesa da perspectiva hegeliana de totalidade, veremos que o Capital, único e efetivo Sujeito histórico global, abrange sua

própria resistência. Temos um exemplo local na situação brasileira: a forma política alcançada a partir da “Nova República” no Estado Democrático de Direito, se encontra, de um lado, globalmente subjugado à riqueza financeira e aos negócios fictícios, e de outro, nacionalmente dominado pela lei instrumentalizada como “arma política” que triunfa sobre a outrora sonhada participação social na ilusória Constituição de 1988. É preciso lembrar que a partir da constitucionalização dos direitos, esperava-se construir uma relação entre o Estado e a sociedade na qual esta última, por meio da participação social pudesse progressivamente adentrar ao primeiro enquanto espaço público; sobretudo para formular as políticas públicas, e assim legitimar o próprio Estado por meio da lógica participativa – e talvez foi essa a “esperança” que alguns setores alimentaram com o lulismo. O invisível na colisão da política consigo mesma é a contradição entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais na era do capital financeiro e do despertar digital da consciência, e de outro, a maneira por meio da qual essas relações são vivenciadas politicamente. Como em um abismo de círculos concêntricos análogo ao inferno de Dante<sup>14</sup>, decorre dessa primeira, uma outra contradição determinante, a saber: o fato da política ser bloqueada por si mesma ocorre garantindo-se a sensação inversa como maneira de vivenciar a própria política, na qual as almas militantes prosseguem convictas de que ainda estão participando politicamente da história, mesmo que só apenas virtualmente. É precisamente neste ponto que penso o conceito de política da sensação, conforme explorarei um pouco mais a seguir. Me parece que, assim como nos umbrais à entrada do inferno de Dante, se estampa diante de nós no começo deste novo ciclo político na iminência dos tempos que estão por vir em nosso país, a inscrição que assombrou o poeta florentino: “Lasciate ogni speranza, voi ch’entrate” (“Abandonai toda esperança, vós que entraís”)<sup>15</sup>. Entretanto, longe de qualquer intimidação, a crítica da razão ainda pode ser o nosso guia, assim como foi o poeta Virgílio para Dante em sua difícil jornada. Então prossigamos para mais algumas mediações.

## II.

No campo político e do debate democrático, ocorre um despertar tecnológico da ideologia com a robotização da subjetividade política – de acordo a *Pesquisa Brasileira de*

---

<sup>14</sup> Cf. ALIGUIERI, Dante. *A Divida Comédia – Inferno*. – São Paulo : Editora 34, 1998 (Edição bilíngue).

<sup>15</sup> Cf. *Ibidem*.

*Mídia 2016*<sup>16</sup>, 49% das pessoas no Brasil já se informam pela internet. Uma outra pesquisa, da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2017), publicada sob o título *Robôs, redes sociais e política no Brasil*, revela o surgimento de robôs sociais (*social bots*). Trata-se de contas em redes sociais, controladas por softwares capazes de imitar o discurso humano, e que produzem artificialmente conteúdos políticos para estabelecer polêmicas e interferir em debates criando discussões fictícias, mas com peso e implicações reais. A pesquisa da FGV leva em conta momentos políticos de alta repercussão social nos últimos três anos, e demonstrou que mesmo sendo um fenômeno muito recente, por exemplo, na greve geral de abril de 2017, mais de 20% das interações entre os usuários do *Twitter* a favor da greve foram provocadas por robôs; também durante as eleições presidenciais de 2014, os robôs chegaram a gerar mais de 10% de todo debate político. Ou seja, pessoas que se informam e se engajam por meio da internet, sejam ardorosos militantes ou apenas eleitores menos comprometidos, tem a convicção de que estão participando de um amplo debate político, quando na verdade estão apenas vivendo a sensação de participação, naquilo que não passa de discussões virtuais e robotizadas. É muito provável que as eleições de 2018 trarão dados interessantíssimos correspondentes ao crescimento deste fenômeno.

### III.

Na democracia, o jogo político exige uma face negativa para legitimar a contraditória positividade do seu status quo. Neste jogo, o capitalismo incorpora a sua própria resistência, à medida que estabelece virtualmente as condições reais de “participação política”. Com isso, a operação ideológica se renova historicamente mais pulverizada e potente, pois a positividade do capital assimila sua própria negatividade política, ou seja, como diz Terry Eagleton: “Se a realidade capitalista abrange a sua própria falsidade, então essa falsidade deve, de certa maneira, ser real” (1997, p. 84). Mais grave: os efeitos ideológicos, engolfados pela política da sensação, apesar de toda mistificação e fetichismo, são reais, e portanto, são vivenciados como a única realidade política. E é precisamente nesta situação que a política da sensação cumpre o seu papel oferecendo a virtualidade de se estar atuando em uma luta, enquanto o Capital triunfa como um modo de produção social para o qual a democracia é um excelente negócio à medida que, afastando seus corolários negativos, a ideologia firma a positividade de

---

<sup>16</sup> A citada *Pesquisa Brasileira de Mídia*, é realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM), da Presidência da República.

uma sociedade democrática; cumprindo aquilo que Adorno se referiu ao observar que “a aceitação e o acordo social harmonizam a contradição” (ADORNO, 1988). Na verdade, não há disputa política concreta que ameace o capital em sua globalidade, mas no campo democrático contemporâneo, constrói-se virtualmente essa disputa para que as massas vivenciem uma sensação de participação política, pelo que acabam legitimando toda situação.

A novela da política nacional entre “direita” e “esquerda”, desde os movimentos sociais aos partidos políticos, é secundária e não afeta os “investidores” semideuses lá nos alpes suíços do Olimpo moderno. O espetáculo atual é o despertar digital do velho *pane et circens* (pão e circo), que se renova na era da política da sensação. Quanto à sutura da contradição entre o conteúdo e a forma das relações sociais que sustentam o trabalho alienado, é só deixar por conta do fetiche da mercadoria – a operação ideológica primacial do mundo moderno, de profundidade ontológica, como outrora descreveu Marx<sup>17</sup>. Alegoricamente, podemos dizer que as ruas gritam e protestam amarradas ao mastro das suas próprias bandeiras enquanto deliram encantadas pelo canto da Sereia, assim como Ulysses quando navegava próximo à ilha de Capri na Odisseia, mas talvez não com o mesmo desfecho vitorioso do herói grego. Afinal, a Sereia moderna é mais astuta que a figura mitológica de Homero; trata-se da mercadoria, que a todos entorpece pelo poder do dinheiro – a única e verdadeira política da vida humana; o “Deus visível, que solda as coisas absolutamente impossíveis”, como descreveu Shakespeare em *Timão de Atenas*<sup>18</sup>.

Nomeio essa situação de política da sensação – pelo que é necessário dar maior precisão ao conceito explorando um pouco mais as contradições em jogo, vejamos: a questão é que a nossa realidade política se virtualizou socialmente à medida que, tanto o capital (no mundo virtual das finanças), como os trabalhadores (na vida social digitalizada), vivenciam a política apenas como sensação, que já não passa pela mediação da reflexão. Bloqueada em si mesma, a verdade política se afirma pela sua própria negação: a ideologia – como bem a definiu Adorno enquanto “a forma discordante do verdadeiro” (1988, p. 261), só que historicamente bem mais evoluída e sofisticada sob o seu despertar tecnológico na conjuntura

---

<sup>17</sup> “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a força fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias” (MARX, 1985a, p. 81).

<sup>18</sup> Apud MARX, 2008, p. 157.

hodierna. A contradição se apura quando a sensação de luta contraditoriamente acaba por legitimar aquilo contra o que se luta, pois nesta direção, todos os esquemas clássicos de ação política já estão politicamente incorporados à totalidade social do capital financeiro (virtual), que contraria e subjuga o capital industrial (real), embora não o elimina. E as condições sociais dos trabalhadores é apenas um detalhe a ser administrado pelo Estado, por meio de medidas como as reformas trabalhista e da previdência, segundo as determinações dos investidores em Davos. A relação essencial que garante a reprodução do capital financeiro é a única realmente livre, que continua intocada e politicamente blindada pelo próprio jogo político-democrático.

Sob o domínio virtual do espetáculo e da sensação, o conteúdo real da vida política, pautado nas mediações com a efetividade das relações sociais em suas contradições e para além da aparência, se tornou algo dispensável. Conforme destacou o alemão Klaus Schwab, na sua obra intitulada *A Quarta Revolução Industrial* (2016) – que por sinal, é o fundador do referido Fórum Econômico Mundial –, a maior plataforma de comunicação e mídia do mundo, o *Facebook*, não produz uma vírgula sequer de conteúdo. Plataforma que hoje é o maior “país” do mundo, com 1,4 bilhão de usuários, passando a China, que tem 1,36 bilhão de habitantes. Afinal, pra quê conteúdo se o mundo apenas fareja no invisível? Pobres almas, convictas da sua luta. Heráclito parece ressuscitar dos anais da filosofia.

Contra qualquer pretensão de ensinar como deve ser o mundo, sobretudo neste tempo no qual a ação política esbarrou em si mesma, talvez estejamos carecendo das asas da autocrítica para que possamos alçar o voo do pássaro de Minerva<sup>19</sup> no momento do seu crepúsculo, e perceber que não é possível mudar o mundo para melhor sem antes atualizar nossas carcomidas visões acerca dele, pois, ao contrário dos nossos mundos internos que, não raro, sedimentam certezas e canonizam pensadores e figuras políticas, o mundo lá fora sempre está em mudança, pelo que a principal questão política, em sua generalidade, contraditoriamente permanece a mesma, embora sob novas mediações e determinações em suas particularidades, isto é: para onde caminham as mudanças e quem as conduz? Gosto de recordar o verso atemporal de Drummond cantado por Paulo Diniz: “Você marcha José, José

---

<sup>19</sup> Para aqueles que conhecem minimamente a obra de Hegel, saberão que faço alusão à afamada passagem no prefácio da obra *Princípios da Filosofia do Direito*, a saber: “Para dizer [...] alguma coisa sobre a pretensão de ensinar como deve ser o mundo, lembramos que, em todo caso, a filosofia sempre vem muito tarde. Enquanto pensamento do mundo, aparece apenas quando a realidade completou e terminou seu processo de formação. [...] Quando a filosofia chega com sua luz crepuscular ao anoitecer, uma manifestação da vida acaba de envelhecer. Não se pode rejuvenescê-la com o cinza sobre o cinza, mas apenas conhece-la. Ao cair das sombras da noite é que alça voo o pássaro de Minerva” (HEGEL, 1997, p. 37).

para onde?”. Por fim, se a coruja da deusa da sabedoria voa ao cair da noite, será que neste dia infinito no qual parece ter se transformado a política, não estaríamos todos enredados como atores em um drama que não entendemos realmente?

## Referências

ACHEN, Christopher H.; BARTELS, Larry M. **Democracy for realists**. Princeton University Press. 2016.

ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética**. Título Original: Ästhetische Theorie. Tradução de Artur Morão. – São Paulo : Livraria Martins Fontes, 1988.

ALIGUIERI, Dante. **A Dívida Comédia – Inferno**. – São Paulo : Editora 34, 1998 (Edição bilíngue).

ARAUJO, Regina Borges de. **Computação ubíqua: princípios, tecnologias e desafios**. XXI Simpósio Brasileiro de Redes e Computadores, Natal, RN, 2003, p. 45-114 (monografia). Disponível em: << [http://professordiovani.com.br/rw/monografia\\_araujo.pdf](http://professordiovani.com.br/rw/monografia_araujo.pdf) >> Acesso em 23. abril. 2018.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros : TIC domicílios 2016** [livro eletrônico] / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor] -- São Paulo -- Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. Disponível em: << <http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2016/> >> Acesso em 23. abril. 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo** (Comentários sobre a sociedade do espetáculo). – Rio de Janeiro : Contraponto, 1997.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. – São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista : Editora Boitempo, 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Robôs, Redes Sociais e Política no Brasil: estudos sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Coord. de Marco Ruediger. Rio de Janeiro, FGV/DAPP, 2017. Disponível em: << <http://dapp.fgv.br/robos-redes-sociais-e-politica-estudo-da-fgvdapp-aponta-interferencias-ilegitimas-no-debate-publico-na-web/> >>

HERÁCLITO, de Éfeso. **Heráclito : fragmentos contextualizados**. Tradução, apresentação e comentários Alexandre Costa. – São Paulo : Odysseus Editora, 2012.

KITTRIE, Orde F. **Lawfare: law as a weapon of war**. Oxford University Press. 2015.

MARX, Karl. **Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie**. Dritter Band, Drittes Buch.

Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion – Kapitel XVI-LII. Hamburg, Nikol Verlag, 2016.

\_\_\_\_\_. O Capital. **O Capital – crítica da economia política**. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Volume V, 4ª. ed., São Paulo, SP : DIFEL, 1985.

\_\_\_\_\_, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Título original: **Ökonomie-philosophische Manuskripte**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. - 2. reimp. - São Paulo : Boitempo Editorial, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Coleção Os Pensadores. Editora Nova Cultural, São Paulo, 2004.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009.

SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. – São Paulo : Edipro, 2016.

TÜRCKE, Christoph. **Erregte Gesellschaft – Philosophie der Sensation**. Verlag C. H. Becks, München, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sociedade Excitada – Filosofia da Sensação**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

WEISER, Mark. (1991). **The Computer for the 21st Century**. In: Scientific American, vol. 265, no.3, Setembro, 1991, pp.94-104. Disponível em: <<  
<http://www.ubiq.com/hypertext/weiser/SciAmDraft3.html> >> Acesso em 23. Abril. 2018.